

Agricultura

Parlamentares apostam no "banco de terras"

Aumento da produção é pretendido, a nível nacional, e reivindicado, a nível da Política Agrícola Comum

Ana Preto



Aumento da produção agrícola nacional é, agora, preocupação política

Apesar de os problemas de agricultura nacional serem muitos e de o sector ter sido negligenciado, nos últimos anos, o deputado do Bloco de Esquerda, e presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, Pedro Soares, defendeu, em Mirandela, na semana passada, que a criação do Banco Público de Terras, resultante de uma proposta apresentada pelo seu Partido, é um começo para ajudar a solucionar pelo menos um desses problemas, aquele que se prende com o abandono das propriedades agrícolas.

“O recenseamento agrícola mais recente dá-nos uma perda de cerca de 500 mil hectares nos últimos 10 anos”, referiu, acrescentando que o Banco deverá permitir disponibilizar essa superfície agrícola útil abandonada “a quem tem vontade de trabalhar e a quem quer trabalhar”.

Isto, numa altura em que o país precisa “de aumentar a produção agrícola”, por um lado, e, por outro, tem “gente que quer dedicar-se à agricultura”, afirmou Pedro Soares.

O Banco permite que as terras abandonadas sejam arrendadas, sem que os proprietários percam qualquer direito sobre a propriedade. Por outro lado, deverão, inclusive, receber uma renda pelas terras disponibilizadas para serem exploradas.

“É a mesma coisa do que colocar dinheiro num banco e, através disso, esse dinheiro entra no circuito económico e produz riqueza, ao mesmo tempo que a família obtém algum rendimento”, explicou o deputado que acredita que esta medida irá fazer com que o peso político e económico da agricultura aumente.

“Temos plena consciência que já há muitos anos que a agricultura tem sido desvalorizada economicamente, socialmente, o que acaba também por a desvalorizar politicamente”, referiu o parlamentar.

Essa renovação de importância política e social seria um factor contributivo para a redução do défice da balança alimentar de Portugal, que é superior a três mil milhões de euros por ano. “Só em horto-

frutícolas nós importamos cerca de 500 milhões de euros todos os anos e a maior parte destes produtos vêm aqui do lado, de Espanha”. Para Pedro Soares, se Espanha produz, Portugal também tem terrenos e clima para o fazer.

Contudo, este não é só um problema de política nacional, “é de política europeia, também, porque temos uma Política Agrícola Comum que permeia quem não produz. Isto tem que ser alterado”, acrescentou o deputado.

A Comissão, que reuniu em Mirandela com produtores de azeite e de outros sectores, não apresenta, de momento, nenhuma proposta que possa aumentar as áreas das parcelas. Essa preocupação, apresentada por um dos produtores presentes, foi também uma das presentes na intervenção do deputado Agostinho Lopes, do PCP, membro da Comissão. Para este deputado, existem responsabilidades políticas dos partidos, no poder após o 25 de Abril, para que nenhum projecto de emparcelamento tenha acontecido.

■ Ana Preto